

# ANGOLA: CONFLITOS POLÍTICOS E SISTEMA SOCIAL (1928-30)<sup>1</sup>

Adelino Torres<sup>2</sup>

*Em homenagem ao historiador  
José Capela  
obreiro da memória  
lusu-moçambicana*



Em 1930 teve lugar em Angola, então a mais importante colónia portuguesa em África, o que alguns qualificaram como "*tentativa de golpe de Estado*" e outros, mais eufemisticamente, chamaram movimento "*de indignação popular*" contra os abusos do Alto Comissário Filomeno da Câmara<sup>3</sup>.

Esta questão, que poderia ter desencadeado na época uma guerra civil em Angola, foi objecto de violenta polémica, especialmente na imprensa da colónia. Sessenta e seis anos depois ela mergulha no esquecimento, e, que se saiba, nenhum historiador a tratou até hoje<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Este artigo, inicialmente escrito em francês, foi apresentado na Conferência da *Associação Canadiana de Estudos Africanos*, em Montréal, em Maio de 1992. Esta versão, depois de revista e alterada, substancialmente diferente do texto original, foi publicada na revista de *Estudo Afro-Asiáticos* da Universidade Cândido Mendes (Brasil).

<sup>2</sup> ISEG-Universidade Técnica de Lisboa

<sup>3</sup> Depois do derrube da Monarquia em Portugal, em 1910, a Primeira República criou o regime dos Altos Comissários para as colónias africanas, o qual vigorou até aos anos 30. A partir daí o regime salazarista retomou a figura dos Governadores. A diferença entre um e outro é que o regime dos Altos Comissários conferia muito mais autonomia e poder ao representante do Governo metropolitano. No entanto, com excepção de Norton de Matos, que foi Governador de Angola entre 1912 e 1914 e Alto Comissário no período 1921-24, e cuja obra foi sob vários pontos de vista notável (e a que não se prestou ainda a devida justiça: Vd. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Escher, 1991, 359 p.), as políticas desses representantes foram, no essencial, incaracterísticas.

<sup>4</sup> Vinte anos depois da restauração do sistema democrático em Portugal, em 25 de Abril de 1974, a questão

O objectivo deste artigo não é de fazer uma descrição dos acontecimentos que tiveram então lugar em Angola e que poderiam ter tido repercussões profundas sobre o próprio regime em Portugal. Limitamo-nos apenas a esquisar os contornos de uma trama que teve essencialmente lugar em 1929-30, aproveitando-a para tentar pôr em relevo algumas das características da própria colonização portuguesa enquanto política global. Esses elementos parecem essenciais para a compreensão da situação económica e social de Angola nas décadas que se seguirão.

A documentação da época sobre esta rebelião de 1929 é constituída por dois livros, hoje praticamente desconhecidos, e por um volumoso *dossier* de documentos inéditos descoberto há poucos anos num leilão em Lisboa<sup>5</sup>.

O objectivo desta resenha é, nomeadamente, de analisar à luz dos acontecimentos referidos a validade de certas concepções ainda hoje muito partilhadas - pelo menos no que diz respeito à colonização portuguesa em África - sobre a relação metrópole-colónias africanas, nomeadamente: o conceito de "**burguesia colonial**" como um todo indiferenciado que pressupõe uma dicotomia radical colonos-africanos, quase maniqueísta; o conceito de "**dominação colonial capitalista**" que, sem ser falso em todos os seus aspectos, ignora todavia uma realidade muito mais complexa que tem pouco a ver com o "*capitalismo*"

---

colonial continua a ser um problema por assim dizer traumatizante, espartilhada entre o silêncio oficial e a retórica dos "cinco séculos de civilização" colonial. Aliás, do lado oficial africano a situação não é melhor. Contudo a colonização portuguesa em África apresenta aspectos interessantes e surpreendentes, que mereceriam um olhar crítico dos historiadores a fim de esclarecer, com distanciação e sem maniqueísmos, os aspectos negativos e positivos de um processo histórico muito mais complexo do que por vezes se pensa...

<sup>5</sup> O primeiro desses livros escrito por Cunha Leal, toma de certo modo o partido dos revoltosos. O título é bastante provocador: *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, Lisboa 1930, 139 páginas. O autor ataca Salazar, o homem forte da ditadura fascista que iria governar Portugal com mão de ferro durante as quase quatro décadas que se seguiriam. Cunha Leal foi, aliás, uma das figuras políticas mais curiosas da primeira metade do século em Portugal. Ministro, Reitor da Universidade de Coimbra, Deputado, Governador do Banco Central de Angola (Banco de Angola), dirigente político, tribuno e polemista, desempenhou um papel de primeiro plano no xadrez político português, sobretudo durante a Primeira República (1910-1926). No período seguinte escreveu numerosos livros onde a sua verve de polemista nem sempre poupava a própria figura do ditador Salazar. Foi, aliás, um dos raros escritores a quem tal foi consentido.

O segundo livro foi escrito por Caldas Xavier, um personagem de segundo plano, de estilo panfletário e retórica grandiloquente, favorável à ditadura vitoriosa da Lisboa desde a sua vitória em 1926 e, naturalmente, contra os revoltosos em Angola. O título era muito ao gosto da época: *O 20 de Março ou a rebelião de Angola e a Bomba*, Luanda, 1930, 208 páginas.

O referido *dossier* encontrado no leilão pertenceu ao antigo Alto Comissário da República Portuguesa em Angola, Vicente Ferreira. Esse dossier contém exemplares de jornais de Angola (de que se apresenta em anexo a fotocópia da primeira página), bem como uma série de cartas manuscritas ou dactilografadas dirigidas, na altura dos acontecimentos, a Vicente Ferreira por vários protagonistas e cópias das que foram enviadas por aquele a figuras públicas de então, originais de jornais vários, um exemplar dactilografado de um relatório sobre os acontecimentos encomendado pelo Governo Português, etc.

(entendido este aqui como o "capitalismo liberal" clássico evocado por Adam Smith, e mesmo numa acepção mais moderna do termo) enquanto tal.

Na primeira parte farei referência ao enquadramento teórico necessário a uma melhor compreensão dos acontecimentos e seu significado<sup>6</sup>.

Na segunda parte tentarei esboçar uma interpretação - naturalmente provisória - dos factos relatados e do seu eventual alcance para a compreensão de alguns aspectos do processo colonial português do primeiro quartel deste século.



A abordagem mais corrente da história colonial portuguesa integra-se no que T. Kuhn chama a "*ciência normal*". Quer dizer, afirma a existência de uma profunda e multiseccular articulação entre Portugal e as suas colónias, definida axiomáticamente pelo arquétipo de uma "**colonização de cinco séculos**" cujo conteúdo e validade foram já refutados por René Pelissier<sup>7</sup>.

Chamaremos a esse referencial o *Paradigma Multiseccular*, que continua a alimentar muitos dos discursos tanto de europeus como de africanos, de tal maneira os parâmetros e mitos desta "ciência normal" resistem ainda à crítica científica.

Porém, esse paradigma está longe de constituir um bloco coerente, na medida em que é atravessado por duas teorias contraditórias.

A primeira, assente no conceito de "*civilização*", admite *a priori* que as colónias africanas e as suas populações beneficiaram amplamente de um "encontro" que transformou a sua história. Na sua versão paternalista, vai mesmo mais longe: esse "encontro" teria permitido a passagem de uma fase *a-histórica*, correspondente a uma África sem escrita, sem passado ou rasto civilizacional dignos de registo, a um período *histórico* onde a África assumirá enfim uma memória a partir de um presente introduzido e referenciado pela civilização europeia<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Nesta primeira parte retomo certas análises que fiz no meu livro: *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Escher, 1991, 359 p., bem como nos artigos publicados na obra colectiva (dirigida por António Reis): *Portugal Contemporâneo*, editada pelas Edições Alfa, Lisboa, 6 vols., 1991-92, e recentemente publicada de novo pelas edições Reader's Digest, Lisboa, 3 vols., 1996.

<sup>7</sup> Ver por exemplo o estudo de René Pelissier, *Les Guerres Grises: Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval, 1977, 631 p., bem como inúmeros trabalhos exemplares de Alfredo Margarido.

<sup>8</sup> Um recente e minucioso estudo da história angolana mostra bem como, nos séculos XV e XVI, por exemplo, a diplomacia africana estava longe de obedecer a este estereótipo de passividade histórica: Vd. Ilídio do Amaral,

Reagindo a esta versão distorcida e comprovadamente errada, a segunda teoria, mais recente, encara, pelo contrário, a relação euro-africana na óptica radical de uma "dominação imperialista" que submeteu as populações africanas aos objetivos de acumulação da metrópole colonial, através do tráfico de escravos, da exploração, da destruturação social e cultural, da violência e da opressão.

O que é interessante sublinhar desde logo é que as duas teorias, aparentemente situadas em extremos opostos, partilham, nos seus fundamentos epistemológicos, a mesma percepção linear e mono-racional (o **paradigma multiseular** e civilizacional do "*capitalismo*"), mesmo quando as suas consequências são interpretadas de maneira divergente.

Quer dizer, a matriz teórica transforma-se num quadro semântico coerente e unificado onde só são admitidas simples racionalidades justapostas.

Desde logo, o **paradigma multiseular** do Império é raramente considerado, para retomar a terminologia de Lucien Sfez, como um contexto onde se defrontam multiracionalidades que traduzam a coexistência de várias razões ou "des-razões" e a correspondente sobre-codificação das memórias e dos conflitos que daí resultam inevitavelmente.

Nele apenas se passa do princípio segundo o qual o referido contacto civilizacional foi um "*bem absoluto*", à tese de que ele foi um "*mal absoluto*", gerando-se dois universos que em vão procuram sintetizar, numa linearidade feita de certezas, uma realidade multifacetada e muito mais complexa que encaixa mal nos axiomas unidimensionais propostos pelas duas teorias precedentes.

Assim, por exemplo, o conceito de "*burguesia colonial*" é geralmente entendido como "classe dominante indiferenciada", ou seja, compreendendo o universo dos territórios metropolitano<sup>9</sup> e africano, e controlando o processo de colonização sem contradições fundamentais no seu seio.

Contudo, tal definição, demasiadamente genérica, não apreende os diversos planos que ficam assim indistintos. Na realidade não há uma, mas duas burguesias distintas: uma

---

*O Reino do Congo, os Mbundo (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI*, Lisboa, IICT, 1996, 276 p.

<sup>9</sup> Utilizo as palavras Metrópole ou metropolitano no seu sentido geográfico tradicional e, neste caso, referente a Portugal.

"*burguesia metropolitana*" (cujos bens de raiz ou ligações profundas, estão em Portugal, seja qual for o seu comprometimento em África) e uma "*burguesia colonial*" propriamente dita, cujo poder, interesses e ambições têm como ponto de partida os territórios africanos.

Por outras palavras, a clivagem não se faz do ponto de vista racial ou étnico, mas sim em relação ao enquadramento económico e social dos intervenientes.

Há africanos, sobretudo no século XIX, que obtêm altas patentes no exército português (dentro dos chamados "oficiais de 2ª linha") e desse lado combatem. Há igualmente outros africanos que assumem desde muito cedo uma atitude que Pélissier chamaria mais tarde de "proto-nacionalismo"<sup>10</sup>. Sobretudo no século XIX ("o século dos mestiços em Angola" segundo Pélissier), muitos deles usufruem de estatutos económicos (comércio) e sociais (jornalismo, Administração Pública) relativamente elevados<sup>11</sup>.

Também se tem conhecimento de indivíduos de origem portuguesa que, longe de se conformarem a estereótipos habituais, são absorvidos pelas culturas africanas (a chamada "*cafrealização*" que tantas preocupações suscitou às autoridades portuguesas), aparecendo mesmo nos séculos XVI-XVII a combater nos exércitos africanos. Outros ainda manifestam precoces aspirações autonomistas, por vezes em ligação com o Brasil, que se vão

perpetuar de maneira mais ou menos pronunciada até uma época mais recente do período colonial<sup>12</sup>.

Assim, é indispensável insistir que, contrariamente ao paradigma multiseular habitual, numa ou noutra das interpretações já vistas, essas duas "*burguesias*" são distintas e não devem ser confundidas.

Pode-se mesmo ir mais longe e sustentar que, no interior de cada uma delas, existem igualmente cortes profundos. Na "*burguesia metropolitana*" há diferenças assinaláveis entre a burguesia mercantil do Porto, a burguesia mercantil de Lisboa e a burguesia agrária do norte e do centro de Portugal, que frequentemente se combatem entre si no terreno económico.

Ao mesmo tempo, na "*burguesia colonial*" - sobretudo em Angola e, até certo ponto,

---

<sup>10</sup> René Pélissier, *Les Guerres Grises...*, *op. cit.* Obra de referência.

<sup>11</sup> Posteriormente a situação alterou-se profundamente. O estatuto social dos africanos e também a sua capacidade de intervenção política nos meios urbanos, sofreu um rude golpe a partir do primeiro quartel do século XX, devido à chegada de milhares de novos colonos e à repressão política das autoridades coloniais.

<sup>12</sup> Ralph Delgado relata situações desse tipo na sua excelente *História de Angola* (Lisboa, 4 vols).

em Moçambique - é também possível distinguir diferenças entre o que chamamos, nas suas grandes linhas, a "*burguesia do litoral*" e a "*burguesia do interior*" cujos conflitos de interesses (por exemplo, em torno da criação de moeda, *moeda fiduciária* para a primeira e *moeda-mercadoria* para a segunda) são igualmente significativos<sup>13</sup>.

Todos esses grupos e subgrupos (a sua coesão relativa justificaria mesmo talvez que se falasse, em certos casos, de *classes* em vez de *grupos*), se tinham amplos pontos de convergência, tinham também - mais frequentemente ainda - divergências económicas e sociais profundas que alimentaram repetidos conflitos desde os tempos mais recuados. Essas contradições nunca desapareceram até às independências dos territórios africanos.

É necessário sublinhar de novo que, contrariamente a um preconceito tenaz, a "*burguesia colonial*" não inclui unicamente indivíduos de origem europeia.

Em Angola sobretudo, a "*burguesia colonial*" era um grupo heterogeneo constituído por brancos, negros e mestiços (ainda que com poderes e capacidades de intervenção política diversos, é certo). Todavia a influência dos últimos, como já foi demonstrado por R. Pélissier, entre outros autores, foi muito importante no século XIX e no início do século XX.

Esse fenómeno verifica-se também, embora de forma menos acentuada, nas outras colónias portuguesas de África. George E. Brooks refere a existência de uma situação similar na Guiné-Bissau entre os séculos XV e XIX. José Capela dá também elementos de informação sobre Moçambique<sup>14</sup>.

Esta particularidade da colonização portuguesa tem duas razões principais: a fraqueza numérica dos colonos portugueses em África (até à 2ª guerra mundial as tradicionais correntes de emigração dirigiram-se essencialmente para o Brasil); a extrema pobreza e baixo nível de instrução da maioria dos colonos portugueses que se instalavam nas colónias africanas. Essas duas características favoreceram misturas sociais (e raciais) talvez mais acentuadas do que na generalidade das outras colónias, francesas ou inglesas.

Isso significa igualmente, como se demonstrou noutra lugar<sup>15</sup>, de que as duas teorias a

---

<sup>13</sup> Este assunto foi tratado com algum pormenor in Adelino Torres, *O Império Português...*, op. cit.

<sup>14</sup> George E. Brooks, "Historical Perspectives on the Guinea-Bissau Region, Fifteenth to Nineteenth Centuries" in Autores Vários, *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: in Memoriam*, Lisboa, Academia da Marinha/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, pp. 277-304. De José Capela, ver por exemplo: *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Afrontamento, 1974, 308 p.

<sup>15</sup> V. Adelino Torres, *O Império Português...*, op. cit.

que foi feita referência quando se falou do **Paradigma Multisecular** tradicional, ao concentrarem as suas análises sobre o "poder colonial" de Lisboa, ignoraram sistematicamente o papel dos africanos, esvaziando-o de qualquer conteúdo político ou económico e fazendo silêncio sobre o facto que esses africanos nunca foram o elemento passivo, desprovido de querer e de história, que constituiu a "*image d'Épinal*" do pensamento europeu desde Oliveira Martins ou Leroy-Beaulieu...

Noutro plano, podemos igualmente interrogar-nos sobre a pretensão em falar de "*capitalismo*" **nas** colónias de África, sobretudo quando se sabe que a implantação desse sistema resulta, antes de mais, da conjugação de pelo menos três elementos, sem os quais não se pode falar de "capitalismo" no sentido rigoroso do termo: trabalho assalariado livre, mercado interno mais ou menos integrado e circulação de moeda fiduciária.

Karl Polanyi demonstrou que, em toda a Europa, o *capitalismo* só se afirmou nos anos 1820, quando conseguiu instituir três instrumentos fundamentais: o preço do trabalho determinado pelo mercado; a criação de moeda submetida a um mecanismo automático; a livre circulação dos bens. Numa palavra: um mercado de trabalho assalariado livre, o *gold standard* e a livre circulação<sup>16</sup>.

Em Angola (e, por maioria de razão, nas outras colónias portuguesas mais pobres, onde a ocupação foi muito mais superficial) essas condições nunca foram preenchidas, pelo menos até à 2ª guerra mundial.

Tudo indica, portanto, que é muito discutível falar de "*capitalismo*" em Angola ou em Moçambique. É certo, como nos ensina Fernand Braudel, que se se faz sair a palavra "capitalismo" pela porta, ela entra logo pela janela, uma vez que nunca encontramos um substituto adequado<sup>17</sup>.

Se o capitalismo foi um fenómeno tardio nas nações desenvolvidas da Europa, é evidente que, num país como Portugal, cujo atraso em relação ao resto do continente europeu entre os séculos XIX e XX tomou proporções significativas, a ausência dos efeitos "desenvolvimentistas" de um verdadeiro capitalismo foi ainda mais pronunciada e duradoura. Isso teve consequências na acção colonial e determinou o atraso social dos territórios africanos sob dominação portuguesa.

---

<sup>16</sup> V. Karl Polanyi, *The Great Transformation* (1944). Trad. fr.: *La Grande Transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Gallimard, 1983, p. 184.

<sup>17</sup> Fernand Braudel, *La Dynamique du Capitalisme*. Utilizámos a tradução portuguesa desta obra.

Sem dúvida que conceitos como "*burguesia colonial*" (no sentido tradicional acima criticado), "*capitalismo*", "*império colonial*", "*poder da Metrópole*", etc., podem ser instrumentos úteis na construção de ideologias ou de paradigmas. O seu alcance é, todavia, de algum modo limitado. Mais vale talvez tentar construir uma nova matriz teórica a partir do confronto, no plano económico e social, entre os dois projectos maiores do século XIX: o mercantilismo e o capitalismo liberal. Não é possível desenvolver mais aqui esta problemática fundamental<sup>18</sup>, mas apenas fazer uma rápida referência a algumas questões relacionadas com o caso português.

A esse propósito, basta lembrar que no fim do século XIX o modelo mercantilista saiu finalmente vencedor na contenda que o opunha ao liberalismo, como se verifica a partir de 1890 especialmente em relação à colónias, situação traduzida pela dura legislação laboral e comercial que foi desde então implementada.

Essa evolução teve repercussões decisivas que explicam, nomeadamente, a paradoxal continuidade da estratégia "*africanista*" dos sucessivos governos portugueses, da Monarquia do século XIX e princípio do século XX, durante a 1ª República (1910-26) e desta ao Estado corporativo fascista (1926-74). O resultado foi a manutenção do Pacto Colonial, a continuidade de formas de trabalho condenadas pelo Direito internacional e há muito abandonadas pelas outras nações europeias, etc.

A publicação, no final do século XIX, das leis proteccionistas alfandegárias e da nova legislação do trabalho nas colónias africanas (leis de António Ennes) fizeram praticamente tábua rasa de todas as reformas liberais promulgadas (muitas vezes sem quaisquer efeitos práticos, em parte devido à resistência da *burguesia colonial* instalada em Angola). Foi, a partir de então, a vitória definitiva do mercantilismo e, em Angola, dos seus beneficiários mais directos: as elites dominantes oriundas do antigo tráfico de escravos.

Karl Polanyi considerou, com alguma razão, que o mercantilismo concebeu o mercado de maneira totalmente contrária ao espírito da economia de mercado, especialmente através da intervenção do Estado. Sobre esse ponto não haveria uma diferença significativa entre os mercantilistas e os feudais.

Nessa óptica, a vitória do mercantilismo no espaço português representava a

---

<sup>18</sup> O confronto liberalismo/mercantilismo é, na minha opinião, uma questão central para a compreensão do modo como evoluiu o fenómeno do colonialismo. Basta lembrar o que Adam Smith escreveu a esse propósito na sua *Riqueza das Nações*, para só falar deste autor. Ver igualmente Pierre Manent, *Les Libéraux*, Paris, Hachette, 1986, 2 vols.



sobrevivência do espírito e métodos do Antigo Regime, condenando as colónias à estagnação económica e social. A História encarregou-se de demonstrar que esta hipótese tinha fundamentos...

Na política colonial portuguesa da primeira metade do século XX, assinala-se todavia uma excepção: a acção de Norton de Matos, nomeado pela 1ª República como Governador de Angola em 1912-14, e, mais tarde, de novo como Alto Comissário no período 1921-24. Graças a este segundo mandato com poderes muito mais alargados do que no primeiro, Norton de Matos levou a cabo a única acção governativa realmente significativa para introduzir a modernidade em Angola, combater o trabalho escravo, impôr uma política de investimentos em grande escala e abrir a colónia directamente à economia mundial. Numa palavra: minar o poder de uma *burguesia colonial* obsoleta.

Como seria de esperar, a obra de Norton de Matos encontrou a maior resistência, tanto em Portugal ("*burguesia metropolitana*") como em Angola ("*burguesia colonial*"). Em 1924 o governo da 1ª República, cedendo a pressões, pôs abruptamente fim ao seu mandato como Alto Comissário. Com efeito, os pequenos e médios agricultores descapitalizados de Angola, cuja acumulação dependia em grande parte de uma mão-de-obra praticamente gratuita, poderiam dificilmente sobreviver à transformação e modernização das estruturas económicas e sociais pretendidas por Norton de Matos. Não é, pois, de admirar que tivessem saudado com entusiasmo o desaparecimento político de Norton de Matos.

Em 1926 teve finalmente lugar em Portugal um golpe de Estado que pretendia dar uma orientação nova ao país. O auto-intitulado "*Estado Novo*", corporativo e de ideologia fascista põe fim ao regime da Primeira República e nomeia um outro Alto Comissário, Vicente Ferreira, professor da Universidade Técnica de Lisboa, homem sem ligações com os partidos políticos e que está destinado a ser uma figura de transição. Apesar disso, este ainda tenta realizar algumas reformas que imediatamente desagradam às forças económicas locais. Em 1928, Salazar despede-o por telegrama (cf. primeira página do jornal *A Província de Angola*, em anexo).

O Alto Comissário seguinte será Filomeno da Câmara, cuja principal qualidade terá sido a sua implicação directa no golpe de Estado fascista de 1926, em Lisboa.

Militar de carreira, Filomeno da Câmara é pois um homem de confiança do novo regime. As suas competências não são ainda conhecidas, mas em breve se tornará evidente que a personagem era pouco recomendável para um cargo de tão grande responsabilidade.

Alguns dos decretos redigidos pela sua própria mão e publicados no *Boletim Oficial* de Angola, são mesmo curiosos (por exemplo, trata o Presidente da República por "*grande homem casto*" (sic)...) ou simplesmente persecutórios.

Quando chegou a Angola, estava acompanhado por um certo tenente Morais Sarmiento, seu companheiro da "revolução" de 1926, indivíduo segundo parece pouco amável, obsecado por ideias fixas como fusilar todos os "antipatriotas" com pretensões à independência de Angola, "liquidar os maçónicos" e dar cabo de todos os republicanos partidários da democracia "corrompida". É de crer que esses elevados ideais constituíam todo o seu programa político...

Essa faceta seria de somenos importância se ele não exercesse grande influência pessoal sobre o Alto Comissário, e, sobretudo, não tivesse sido nomeado Director-Geral da Administração Pública, cargo que começou imediatamente a desempenhar da maneira mais surpreendente e inesperada, a qual incluía, quando Sua Excelência julgava necessário, a agressão física de funcionários, inclusivamente de altos funcionários. Como não podia deixar de ser, foi crescendo o mal-estar e a indignação tanto na Administração como na própria opinião pública.

Os acontecimentos precipitaram-se quando, em Março de 1929, o Alto Comissário Filomeno da Câmara se retirou com toda a sua família para o sul de Angola sem nenhuma razão oficial válida. Este facto foi tanto mais estranho que, em vez de deixar a responsabilidade do governo ao seu substituto legal, o chefe de Estado Maior das Forças Armadas, como a lei determinava, confiou esse cargo ao obscuro tenente Morais Sarmiento. Mais ainda: deixou-lhe folhas em branco já assinadas para que este pudesse publicar todos os decretos que entendesse...

As razões deste insólito procedimento nunca foram esclarecidas. Falou-se de incompetência e de outras coisas menos lisongeiras, mas tais explicações parecem insuficientes.

Seja como for, a situação tornou-se rapidamente muito grave porque, como referem testemunhas da época, o jovem tenente terá começado a preparar um "golpe de Estado". Segundo alguns depoimentos, o seu projecto seria de prender o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o Coronel Genipro Almeida, figura que teria contactos nos meios republicados do regime deposto pelo golpe de 1926, e, em seguida, prender e deportar centenas de opositores ao novo regime fascista português, nomeadamente no sector da

*maçonaria* (que tinha velhas tradições republicanas, e à qual o antigo Alto Comissário Norton de Matos também pertencia).

Infelizmente para o dito tenente, o chefe do Estado Maior foi mais célere e, durante a noite de 29 de Março de 1929, cercou a sua casa com tropas do contingente africano e deu-lhe ordem de prisão. Em resumo, após um breve tiroteio, o exaltado tenente Morais Sarmiento acabou morto<sup>19</sup>.

Este epílogo provocou manifestações populares de alegria em Luanda, como se pode ler no jornal *A Província de Angola*, que era então uma espécie de porta-voz da oposição ao regime de Salazar.

Entretanto, na sua residência no sul de Angola, o Alto Comissário acusava de "traição" os revoltosos de Luanda e tentava, sem sucesso, mobilizar tropas para avançar sobre a capital da colónia.

Por sua vez, o Coronel Genipro Almeida armava batalhões de soldados africanos comandados por oficiais portugueses.

Ambos os lados iam trocando, entretanto, uma abundante correspondência telegráfica com o Ministro das Colónias em Lisboa (Salazar), cada um deles afirmando a sua lealdade a Portugal.

Ao mesmo tempo, em Luanda, falava-se cada vez mais em *autonomia* e mesmo em *independência* de Angola<sup>20</sup>, sobretudo depois de Salazar ameaçar enviar um navio de guerra para a colónia.

A atitude do Primeiro Ministro Oliveira Salazar consistiu numa série de manobras dilatórias, onde era contudo perceptível o seu apoio ao Alto Comissário Filomeno da Câmara e a sua desconfiança em relação às forças que se encontravam em Luanda, apesar da posição do primeiro ser, do ponto de vista legal, bastante mais questionável.

Quais foram as consequências destes acontecimentos?

---

<sup>19</sup> Num telegrama enviado pelo Alto Comissário ao Ministro das Colónias em Lisboa, é dito que a "rebelião" de Luanda teve "o apoio ou mesmo a intervenção de associações secretas nas quais estão afiliados quase todos os funcionários, militares e civis, da colónia, incluindo a magistratura, implicados na tentativa de fazer cair a ditadura (do regime salazarista de Lisboa) (...). Morais Sarmiento, adversário das associações secretas, foi a primeira vítima destas", escreve Caldas Xavier. (Cf. Caldas Xavier, *op. cit.*, p. 150)

<sup>20</sup> "... Muitas pessoas ouviram vivas à independência" (cf. Caldas Xavier, *op. cit.*, p. 141). O Director do jornal *A Província de Angola* escreveu: "... Angola terá o destino de todas as colónias. As tendências dos grupos sociais não podem ser contrariadas, e em todos os tempos se sente o formidável desejo e a invencível aspiração dos povos à independência. A hora de Angola ainda não chegou, mas ela chegará" (citado por Caldas Xavier, p. 142).

O Alto Comissário, na impossibilidade de se fazer obedecer, não pôde organizar nenhuma acção armada contra os revoltosos na capital da colónia. Algum tempo depois acabou por ser "chamado à Metrópole", o que na prática significava que estava demitido das suas funções. O mesmo aconteceu ao Chefe da Estado Maior.

A oposição, incapaz de se organizar, acabou por ser reduzida ao silêncio com a ajuda da censura. Assim foi esmagada no ovo o que alguns não hesitaram em considerar como tendo sido a última tentativa de rebelião contra a soberania portuguesa da primeira metade deste século.



Sobre os acontecimentos brevemente relatados, é possível fazer três observações.

A primeira não passa de uma hipótese, mas uma hipótese de algum modo consistente: Salazar teria designado um Alto Comissário da sua confiança política para tentar "limpar" Angola de todas as forças ligadas à ideias republicanas (*liberais*, por assim dizer), alegadamente influenciadas pela *franco-maçonaria*<sup>21</sup>... A manifesta inabilidade deste precipitou a situação de maneira imprevista, mas não invalida a hipótese.

O poder do "*Estado Novo*" encontrava-se ainda longe de estar consolidado, e era portanto necessário avançar com prudência, o que explicaria a ambiguidade de Salazar durante este processo. Em todo o caso, é muito estranho que o Alto Comissário Filomeno da Câmara se tenha retirado com toda a sua família para uma distante e minúscula cidade do sul de Angola sem nenhuma razão válida e, mais ainda, tenha deixado o governo confiado - contra a lei e mesmo o simples bom senso - a um mero tenente, para mais conhecido pelas suas ideias extremistas.

De qualquer modo, tudo leva a crer que o primeiro Alto Comissário da ditadura, sucessora do regime republicano, foi essencialmente um homem de mão da estratégia ultra-conservadora e mercantilista do novo governo de Lisboa.

A segunda observação é que esta tentativa de rebelião parece ter tido a participação, ainda que num discreto segundo plano, de certos africanos "ocidentalizados", como então se

---

<sup>21</sup> O antigo Alto Comissário, Norton de Matos, era Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa e, a esse título, não é impossível que tenha deixado implantada em Luanda e em Benguela uma estrutura maçónica republicana de ideias liberais.

dizia, de Luanda e de Benguela. Porém, tudo indica que não terá havido qualquer ligação entre essas elites urbanas e as populações rurais, circunstância que, a verificar-se, teria dado aos acontecimentos um conteúdo completamente diferente e certamente bem mais perigoso para a potência colonizadora.

Em terceiro lugar, em momento algum o governo de Lisboa se mostrou sensível às causas sociais e económicas mais profundas que estariam na origem do clima de mal-estar vivido na colónia. As preocupações de Salazar relacionam-se sobretudo com a *ordem pública*, a subordinação total da economia colonial aos interesses da metrópole (Pacto Colonial, protecção alfandegária), o equilíbrio orçamental de cada colónia obtido com recursos próprios (o que era a mesma coisa que negar "ajuda" da metrópole ao desenvolvimento de territórios por definição carenciados)<sup>22</sup>.

Aplicadas nos anos subsequentes, estas medidas irão estrangular o crescimento das economias de todas as colónias portuguesas em África até ao início dos anos 1960, altura em que a maior parte dos grandes investimentos em infraestruturas, como pontes, estradas e até cidades como Nova Lisboa (hoje Huambo), resultavam ainda do áureo "período Norton de Matos" (1921-24)!

Se inicialmente a rebelião de 1929 teve uma origem palaciana revestida de aspectos protestos, ela foi rapidamente transformada pela propaganda oficial salazarista num episódio político-militar desencadeado, segundo a tese perfilhada por Caldas Xavier, por "*ambições pessoais*" e por acções sediciosas da "*maçonaria anti-clerical e anti-patriótica*". Há boas razões para crer que essa dramatização forneceu o pretexto para amordaçar a opinião, eliminar o que se suspeitava serem veleidades autonomistas e afastar da Administração Pública os adversários políticos, estendendo e consolidando assim o poder do novo regime no espaço do "império colonial".

Os acontecimentos relatados permitem ainda observar uma certa clivagem que se teria registado na época: as profissões liberais, os funcionários e os trabalhadores dos caminhos de ferro tomaram o partido da rebelião contra o Alto Comissário e, indirectamente, contra Lisboa. Pelo contrário, os empresários parecem ter ficado muito mais divididos. O presidente da Associação Comercial e industrial de Luanda (que incluía também os proprietários

---

<sup>22</sup> A obsessão de Salazar pelo equilíbrio financeiro de cada uma das colónias, que mereceu críticas de vários dos seus contemporâneos, como Henrique Galvão ou Cunha Leal, teve consequências ruins no desenvolvimento posterior dos territórios africanos.

agrícolas) solidarizou-se com o Alto Comissário e denunciou a rebelião como uma "traição" em relação à metrópole, o que lhe valeu ser posto na cadeia pelo coronel Genipro Almeida.

É difícil saber, com exactidão, até que ponto a posição assumida pelo presidente da Associação Comercial e Industrial era representativa da classe patronal. Mas a história dos anos anteriores, sobretudo durante o governo de Norton de Matos, mostra que este grupo era pelo menos pouco sensível à perspectiva de um *crescimento* de tipo capitalista, se o entendermos como um processo de reformas em que os factores económicos e sociais de liberalização são interdependentes.

Não será excessivo deduzir daqui, que proprietários agrícolas, comerciantes e industriais, queriam, antes de mais, continuar a beneficiar da "*renda de situação*" oferecida por uma mão-de-obra africana praticamente gratuita, manter-se ao abrigo da concorrência internacional graças ao sistema alfandegário vigente, e continuar ao abrigo das acusações que lhe eram feitas em certas instâncias internacionais, segundo as quais aplicavam ainda na colónia, em pleno século XX, um sistema de trabalho retrógrado bastante semelhante, em muitos dos seus aspectos, ao trabalho escravo<sup>23</sup>.

Esse grupo constituía o *núcleo duro* do que chamámos a "*burguesia colonial*", e era em muitos casos herdeiro dos antigos patrões do tráfico de escravos e dos que tinham construído os seus haveres sobre os alicerces de uma economia mercantilista fortemente impregnada de "feodalidade", por assim dizer.

Não foi certamente por acaso que, desde 1820, a fracção do poder económico dessa burguesia colonial em Angola e em Moçambique, sempre se bateu contra todas as reformas decretadas por corajosos ministros liberais do século XIX, como Sá da Bandeira e Andrade Corvo, da mesma maneira que procurou (e conseguiu) abater politicamente Norton de Matos e mesmo Vicente Ferreira, apesar das tentativas de reforma deste último serem bastante

---

<sup>23</sup> A literatura sobre esse problema é abundante. O nosso livro *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, *op. cit.*, procura fazer o ponto da situação. Mas, para além dos maus tratamentos infligidos aos homens, há outros elementos que explicam a má situação dos africanos. Entre eles um sistema fiscal particularmente duro que estava na origem da fuga para o Congo Belga (hoje Zaire) e para o Sudoeste Africano (hoje Namíbia) de centenas de milhar de angolanos. Cunha Leal escrevia, a esse propósito, que os africanos deviam trabalhar de três meses e meio a quatro meses e meio por ano só para pagar os seus impostos directos. Calculou também que para pagar esses mesmos impostos, os agricultores africanos (trabalhando por conta própria) deviam vender de 400 a 520 quilos de milho da sua produção. Vê-se assim, escreve Cunha Leal, quanto "é excessivo, verdadeiramente insuportável, o sacrifício fiscal que se exige hoje ao negro". E acrescenta: "Os resultados da actual política fiscal são de tal maneira evidentes que só os cegos como o Dr. Oliveira Salazar não conseguem ver: o negro das regiões fronteiriças emigra em massa" (Cf. Cunha Leal, *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, Lisboa, 1930, p. 33).

tímidas.

Não é, pois, motivo de admiração ver o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Luanda aliar-se ao Alto Comissário Filomeno da Câmara e ao governo integrista português.



A política colonial portuguesa foi, durante o século XIX, grandemente determinada pela luta entre liberais e mercantilistas. Estes últimos tiveram nas colónias, particularmente em Angola e em Moçambique, um aliado natural na *burguesia colonial*, mesmo se essa aliança comportava contradições e ressentimentos (por exemplo, os interesses comuns entre a burguesia colonial de Angola e a burguesia do Brasil, as duas associadas no tráfico de escravos do século XIX, manifestaram-se frequentemente em prejuízo da burguesia mercantil de Portugal).

A partir de 1890 a batalha dos liberais estava definitivamente perdida em Portugal. Esse facto iria condicionar decisivamente todo o período subsequente, tanto em Portugal como nas suas colónias africanas. Cremos que é a luz desse facto que deve ser reavaliada uma estratégia que, fechando Portugal e cortando-o dos desafios e estímulos que resultariam da sua inserção no espaço europeu e mundial, determinou o seu atraso e condenou os actores, portugueses e africanos, à mediocridade do subdesenvolvimento.

O mercantilismo vitorioso dominou as sociedades portuguesa e africana e perdurou muito para além da 2ª guerra mundial, praticamente até aos anos 1960. Só foi abalado em dois momentos: por Norton de Matos nos anos 20; e por outro governante, Jorge Eduardo da Costa Oliveira, "*Secretário Provincial da Economia*" de Angola entre 1964 e 1973, que retomou, em parte, a obra do primeiro. Sujeito também a condicionalismos, nomeadamente políticos, este beneficiou todavia de um contexto relativamente mais favorável.

É após os anos 60 que se fazem mais sentir as repercussões políticas, nacionais e internacionais, da acção dos nacionalistas africanos em quase todos os territórios sob domínio português.

As novas circunstâncias impuzeram finalmente a execução das reformas adiadas por

quase quarente anos de salazarismo. Mas foi a competência e a lucidez de J.E. da Costa Oliveira que as tornaram possíveis em Angola, ao recuperar em *marchas forçadas*, por assim dizer, até ao início de 1973, muito do atraso acumulado nas décadas precedentes. Foi só nesse período que a situação económica começou realmente a mudar.

O turbilhão da revolução democrática em Portugal em 1974, e das independências em África em 1975, atirou para a poeira dos arquivos tradições e preconceitos ultrapassados, mas também fez desmoronar realizações alcançadas e sonhos que, porventura, teria valido a pena prosseguir. Mas a responsabilidade desse fracasso cabe exclusivamente à imprevisão e arrogância com que, no passado (com especial ênfase para o reinado salazarista), se ignoraram os protestos de africanos e de não poucos portugueses, e se geriram desastrosamente os destinos do espaço de língua oficial portuguesa.

Matéria tão recente já não cabe neste artigo. Recorde-se apenas que um melhor conhecimento das relações entre colonizadores e colonizados (hoje, felizmente, *ex-colonizadores* e *ex-colonizados*) continua a ser essencial, na medida em que muitas ideias e/ou preconceitos contemporâneos precisam ainda de ser esclarecidos ou re-equacionados sem a carga emotiva que lhes está inerente.

Uma revisão da história colonial portuguesa, levada a cabo com rigor, ajudaria certamente a explicar o presente de maneira bem mais construtiva e útil do que certas retóricas em voga, na Europa ou em África...